



DEMONSTRATIVO DA POLÍTICA DE INVESTIMENTOS

1. ENTE

Nome: Prefeitura Municipal de Medianeira / PR
Endereço: RUA ARGENTINA, 1546
Bairro: CENTRO
Telefone: (045) 3264-8600
CNPJ: 76.206.481/0001-58
Complemento: CEP: 85884-000
E-mail: gorete@medianeira.pr.gov.br
Fax: (045) 3264-8623

2. REPRESENTANTE LEGAL DO ENTE

Nome: ELIAS CARRER
Cargo: Prefeito
E-mail: eliascarrer@medianeira.pr.gov.br
CPF: 152.797.239-91
Complemento do Cargo: Data Início de Gestão: 01/01/2005

3. REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL/MUNICÍPIO/UF

Nome: INSTITUTO DE PREVIDENCIA DO MUNICÍPIO DE MEDIANEIRA
Endereço: RUA PARANÁ
Bairro: CENTRO
Telefone: (045) 3264-0286
CNPJ: 07.902.410/0001-77
Complemento: 2277
CEP: 85884-000
E-mail: jsprevsocial@medianeira.pr.gov.br
Fax: (045) 3264-0286

4. REPRESENTANTE LEGAL DA UNIDADE GESTORA

Nome: CARLOS ALBERTO CAO VILLA
Cargo: Presidente
Telefone: (045) 3264-8625
Complemento do Cargo: Data Início de Gestão: 01/02/2006
CPF: 334.256.809-78
E-mail: betocaovilla@hotmail.com
Fax: (045) 3264-8623

5. GESTOR DE RECURSOS

Nome: MARIA GORETE MARCA
Cargo: Gestor
Telefone: (045) 3264-8623
Entidade Certificadora:
CPF: 513.444.409-91
E-mail: gorete@medianeira.pr.gov.br
Data Início de Gestão: 01/01/2011
Validade Certificação: 23/11/2013
Fax: (045) 3264-8623

6. RESPONSÁVEL PELO ENVIO

Nome: MARIA GORETE MARCA
Telefone: (045) 3264-8623
CPF: 513.444.409-91
E-mail: gorete@medianeira.pr.gov.br
Fax: (045) 3264-8623

7. DEMONSTRATIVO

Exercício: 2012

Data de envio:

Responsável pela Elaboração da Política de Investimentos: Maria Gorete Marca

Data da ata de aprovação: 19/12/2011

CPF: 513.444.409-91

Data da Elaboração: 07/12/2011

Data da ata de aprovação: 19/12/2011

Órgão superior competente: Conselho Municipal Previdência - CMP

Meta de Rentabilidade dos Investimentos

Indexador: INPC Taxa de Juros: 6,00 %

Divulgação/Publicação: (X) Meio Eletrônico () Impresso

RESUMO DA POLÍTICA DE INVESTIMENTOS

Alocação dos Recursos/Diversificação	Alocação dos recursos	
	Limite da Resolução %	Estratégia de Alocação %
Renda Fixa - Art. 7º		
Títulos Tesouro Nacional - SELIC - Art. 7º, I, "a"	100,00	0,00
FI 100% títulos TN - Art. 7º, I, "b"	100,00	82,00
Operações Compromissadas - Art. 7º, II	15,00	0,00
FI Renda Fixa/Referenciados RF - Art. 7º, III	80,00	10,00
FI de Renda Fixa - Art. 7º, IV	30,00	8,00
Poupança - Art. 7º, V	20,00	0,00
FI em Direitos Creditórios - Aberto - Art. 7º, VI	15,00	0,00
FI em Direitos Creditórios - Fechado - Art. 7º, VII, "a"	5,00	0,00
FI Renda Fixa "Crédito Privado" - Art. 7º, VII, "b"	5,00	0,00
Renda Variável - Art. 8º		
FI Ações referenciadas - Art. 8º, I	30,00	0,00
FI de Índices Referenciados em Ações - Art. 8º, II	20,00	0,00
FI em Ações - Art. 8º, III	15,00	0,00
FI Multimercado - aberto - Art. 8º, IV	5,00	0,00
FI em Participações - fechado - Art. 8º, V	5,00	0,00
FI Imobiliário - cotas negociadas em bolsa - Art. 8º, VI	5,00	0,00
Total		100,00

Cenário Macroeconômico e Análise Setorial para Investimentos

Por ocasião de análise de cenários, busca-se informações para ter uma visão de futuro e, vislumbramos várias possibilidades, porém repleto de incertezas e para lidar com fatores incertos entende-se que o conhecimento e a construção de cenários ainda é uma das técnicas mais eficazes.

Nessa linha pretende-se neste momento não prever o futuro, mas sim, organizar, sistematizar e delimitar as incertezas explorando os pontos de mudanças mantendo os rumos de uma determinada evolução de situações.

Se pensarmos em um primeiro momento em Economia Mundial teremos a seguinte informação:

Devemos focar o mundo globalizado sob duas características: Países Desenvolvidos, centrais ou maduros e Países em desenvolvimento ou periféricos. Percebe-se atualmente uma mudança de paradigma, ou seja, até então o ponto, o foco vinha sendo ditado pelos países desenvolvidos, ao que oriundo da crise financeira de 2008 até o momento nota-se um enfraquecimento da economia destes países maduros e um fortalecimento na economia dos países em desenvolvimento, passando a estes o regramento da economia ou pelo menos um avanço considerável que dá a estes países uma atenção especial em matéria de economia.

Vale observar que os Estados Unidos e Europa ainda são os maiores e ditam a economia mundial, porém detecta que a crise focados em receitas tradicionais, ou seja, as já existentes, no entanto não conseguem levantar-se sob esta linhagem. É certo o baixo crescimento destas economias após a crise de 2008 que até 2010 não conseguiram recuperar-se dos efeitos da crise.

Uma das receitas tradicionais mais exploradas são os títulos que o governo coloca no mercado, porém este método tem seus limites, pois quanto mais títulos maior é a dívida, ao que pesquisas mostram que, nestes países centrais, a capacidade de emissão destes títulos esgotou. Neste momento, diante desta situação, isso afeta as instituições financeiras (bancos) se estendendo à sociedade mediante alterações nas taxas do cheque especial por exemplo. Esta desaceleração da economia global reflete no Brasil, que ao focar o aspecto de endividamento, se comparado no aspecto globalizado, o Brasil é considerado de baixo índice, porém em nível de crescimento sente-se um reflexo considerável, pois em 2010 o Brasil obteve um crescimento de 7,5 contra uma previsão para 2011 de aproximadamente 3,5, demonstrando aqui queda na faixa de crescimento (produção, emprego, etc).

Em um segundo momento: ECONOMIA BRASILEIRA - SOB ENFOQUE DE VISÃO INTERNA.

Conscientes de que a globalização é estar interligados ao comércio internacional, e de que não existem regiões isoladas, então precisamos estar conscientes também que seremos afetados sim pelas consequências da crise internacional, como? Por quanto? De que forma? Estamos preparados? Não podemos esquecer que uma vez inseridos globalmente, não há como escapar.

O Brasil é um dos países do G20 (Países em desenvolvimento) atualmente com maior índice de solidez fiscal em razão de vendermos produtos básicos, naturais (alimentos, construção civil, etc) e isto é o que o mundo está comprando. Nesta condição de solidez fiscal maior, ainda tem espaço para gastar e investir mais títulos, uma vez que dados mostram que nosso endividamento é de 40%. Nos últimos 4 anos tivemos um crescimento de 5%, no entanto perspectivas futuras mostram que corre-se o risco de perder parte deste crescimento (principalmente o adquirido em 2010). Assim vem o questionamento... como não perder? De que maneira teremos que governar para que a queda do produto interno não contamine a economia interna?

A perspectiva de 2012 é de um cenário de redução para o próximo ano e possibilidade da mesma linha para 2013 e isso vem se mostrando pela produção do consumo interno, sendo que este é o que fomenta o aumento ou a redução.

Em um cenário mundial em 2012 e 2013 a crise na Europa deve continuar e isso trará reflexo nos países em desenvolvimento (China, Índia e Brasil). Estima-se que a recuperação se dará com mudanças políticas, migração em alta, desemprego e estagnação. O volume de produção nos países em desenvolvimento será maior que os desenvolvidos... aqui inverte-se a situação, ou seja, até então viamos os países desenvolvidos partirem na frente, a previsão é que este paradigma seja quebrado e a economia seja puxada pelos países em desenvolvimento que então ultrapassarão os desenvolvidos já em 2012.

Volta o questionamento, o que poderá ser feito? E o que precisa ser feito? Fomentado, reduzido ou priorizado diante da situação?

No Brasil, já podemos sentir que estamos desacelerando, assim depende de gestão e participação para enfrentarmos as possíveis mudanças e para isso deve-se ter em mente as seguintes questões:

- menor nível de produção, de renda....
- manter consumo interno....
- continuar exportar mais que importar... (para manter as reservas)
- manter o balanço comercial.... (commodities, selecionar as exportações)
- Ao vislumbrar uma situação ruim lá fora, tomar cuidado na seleção das exportações....
- China... maior parceiro comercial, nosso comércio tem produtos deste país, não devemos perdê-lo de vista....
- manter a credibilidade externa e interna....
- trazer empresas internacionais para trabalhar no Brasil (em especial na área tecnológica)....
- Fomentar setores produtivos e não só os financeiros.....
- taxa de juros devem continuar caindo para o consumo continuar ativo (9% ao final do ano de 2012 as taxas devem cair)....
- boletim focus - fonte....
- taxa de câmbio (previsão de 1,75%) praticamente segue a linha de 2011.
- plano de ação (manter os investimentos em alta) principalmente em infraestrutura (energia, comunicação, transporte, saneamento)....
- melhorar a distribuição de renda (trazer as pessoas para classe média)....
- manter o crédito a longo prazo com taxas menores....
- aumento de competitividade, preparar-se para competição externa e reconhecer que nossos concorrentes estão no mundo interno.

A expectativa é de uma nova variação da taxa básica de juros (Selic), atualmente em 10,97% (dez virgula noventa e sete por cento) ao ano. A última reunião do Comitê de Política Monetária (Copom) no governo Dilma Rousseff, dias 29 e 30/11/2011. A expectativa dos analistas do mercado financeiro é de um novo corte de 0,50 ponto percentual, baixando a taxa básica de juros do país dos atuais 11,50% para 11% ao ano. Em resumo, a crise de 2008 mantém reflexos até os dias de hoje e vislumbra-se um 2012 e talvez futuros a não propensão para grandes crescimentos.

Objetivos da gestão

Diante do regramento da política anual de investimentos que tem seu papel focado na gestão dos ativos em longo prazo, a gestão deste RPPS tem o objetivo de definir as diretrizes básicas quanto aos limites de risco; adequação aos fundamentos legais; rentabilidade mínima a ser alcançada com a alocação de recursos visando resguardar o patrimônio, mediante investimentos que contemplem menor risco, bem como atingir o equilíbrio financeiro através da superação de sua meta atuarial fixada em 6% a.a + INPC, fundamentados em critérios de segurança, rentabilidade, solvência, liquidez e transparência.

Estratégia de formação de preços - Investimentos e desinvestimentos

O IPREMED investirá os seus recursos através da compra de cotas de Fundos de Investimentos, momentaneamente em instituições financeiras oficiais (Banco do Brasil e Caixa Econômica Federal) e privadas (Banco Itaú S. A). Para os investimentos no segmento de renda fixa, será dada preferência às aplicações cujo Benchmark esteja contido no grupo dos títulos federais. O IPREMED efetuará seus investimentos financeiros através de fundos de investimentos não exclusivos. Portanto, os investimentos dentro da carteira de cada fundo são definidos pelo seu gestor, com base em metodologias utilizadas internamente pela instituição administradora de recursos, os quais deverão observar os princípios estabelecidos pela Resolução CMN nº. 3.922/2010. A inobservância da Resolução CMN nº 3.922/2010 por parte dos gestores dos fundos de investimentos contratados ensejará o desinvestimento dos recursos alocados.

Assim, os recursos disponíveis deverão ser aplicados em fundos de investimento de renda fixa mediante as decisões dos gestores do IPREMED, aprovado peloCMP, quanto às categorias de investimentos, alocações, limites e restrições descritos nesta Política de Investimentos, mais especificadamente no Demonstrativo da Política de Investimento.

Critérios de Contratação - Administração de carteiras de renda fixa e renda variável

Somente poderão habilitar-se a receber investimentos do IPREMED, as instituições financeiras que forem previamente selecionadas e credenciadas para este fim, mediante processo elaborado pela Diretoria executiva e aprovado pelo CMP.

A Instituição interessada deverá responder a questões elaboradas pela diretoria executiva, onde serão abordados aspectos institucionais, tais como:

- patrimônio líquido da instituição;
- volume de recursos administrados;
- experiência positiva no exercício da atividade de administração de recursos de terceiros;
- histórico e credibilidade da instituição junto ao mercado financeiro;
- experiência positiva no segmento dos RPPS, através de declaração reconhecida em cartório;
- estar listada entre as 50 (cinquenta) maiores administradoras de ativos por patrimônio líquido e, cumulativamente, estar entre as 50 (cinquenta) maiores gestoras de fundos de investimentos, conforme o mais recente ranking divulgado pela ANBIMA;
- não possuir condenação na Comissão de Valores Mobiliários (CVM) nos últimos 5 anos anteriores à seleção;
- apresentar ato de registro ou autorização expedido pelo Banco Central do Brasil ou Comissão de Valores Mobiliários ou órgão competente;
- prova de inscrição no cadastro nacional de pessoa jurídica (CNPJ);
- certidões negativas de impostos, taxas e contribuições sociais, relativas aos entes municipal, estadual e federal;
- outros critérios que poderão ser definidos por ocasião do processo de seleção e credenciamento.

O credenciamento será válido por tempo indeterminado, podendo tal diretoria solicitar atualizações de dados a qualquer tempo em que julgar necessário.

Testes Comparativos e de Avaliação para acompanhamento dos resultados dos gestores e da diversificação da gestão externa dos fundos

Objetivamente a gestão possui 06 fundos de investimentos sendo:

Banco Itaú:

UNIBANCO RENDA FIXA LONGO PRAZO FUNDO DE INVESTIMENTO CNPJ – 05.756.479/0001-04 - Art 7º - III da Resolução 3922/2010 - tem por objetivo buscar retorno por meio de investimentos em ativos de renda fixa, excluindo estratégias que impliquem em risco de índices de preços de moeda estrangeira ou de renda variável (ações, etc). Deve manter, no mínimo, 80% de sua carteira em títulos públicos federais os ativos com baixo risco de crédito.

Informações gerais: Cota de aplicação e resgate D+0; Crédito do resgate D+1; Tributação perseguida de Longo prazo; Taxa de administração não há; Classificação ANBIMA renda fixa; Benchmark IRF-M; Patrimônio líquido do fundo R\$ 63.077.013

Esta aplicação consta em 30/11/2011 com o capital de R\$ 574.320,11 (Quinhentos setenta e quatro mil trezentos e vinte reais e onze centavos), ao que significa 13,62% dos recursos financeiros do IPREMED.

Caixa Econômica Federal:

CAIXA FI BRASIL TÍTULOS PÚBLICOS RF (5462)- CNPJ 05.164.356/0001-84 - Art 7º, Inciso IV da Resolução 3922/2010 (limitador 20% capital do RPPS) . Sua política tem como objetivo proporcionar aos seus cotistas a valorização de suas cotas por meio de aplicações em carteira composta por títulos públicos federais, indexados à taxas prefixadas (SELIC/CDI) e/ou índices de preços, não constituindo, em qualquer hipótese, garantia ou promessa de rentabilidade por parte da administradora. As aplicações deste fundo deverão estar representadas por 100% de títulos de emissão do tesouro Nacional e/ou Banco Central do Brasil em operações finais e/ou compromissadas.

Esta aplicação consta em 30/11/2011 com o capital de R\$ 303.558,82 (Trezentos e três mil quinhentos cinquenta e oito reais oitenta e dois centavos), ao que significa 7,20% dos recursos financeiros do IPREMED.

CAIXA FI BRASIL IMA GERAL TÍTULOS PÚBLICOS RF LP (5188) - CNPJ 11.061.217/0001-28 - Art 7º I "b", tem por objetivo proporcionar aos seus cotistas a valorização de suas cotas por meio da aplicação dos recursos em carteira composta por títulos públicos federais, indexados a taxas prefixadas, pós-fixadas (SELIC/CDI) e/ou índices de preços, não constituindo, em qualquer hipótese, garantia ou promessa de rentabilidade por parte da ADMINISTRADORA.

Os ativos financeiros que compõem a carteira do FUNDO estarão expostos diretamente, ou através do uso de derivativos, ao risco das variações das taxas de juros prefixadas (SELIC/CDI) e/ou índices de preços. A carteira será composta por 100% (cem por cento) de títulos públicos federais em operações finais e/ou compromissadas e deverá ter como parâmetro de rentabilidade o Índice Mercado da ANBIMA - IMA Geral. Esta aplicação consta em 30/11/2011 com o capital de R\$ 446.631,48 (Quatrocentos quarenta e seis mil seiscentos trinta e um reais quarenta e oito centavos), ao que significa 10,59% dos recursos financeiros do IPREMED.

CAIXA FI BRASIL IMA-B TÍTULOS PÚBLICOS RF (5184) - CNPJ 10.740.658/0001-93 - Art 7º I "b", tem por objetivo proporcionar aos seus cotistas a valorização de suas cotas por meio da aplicação dos recursos em carteira composta por títulos públicos federais, indexados a taxas prefixadas, pós-fixadas (SELIC/CDI) e/ou índices de preços, não constituindo, em qualquer hipótese, garantia ou promessa de rentabilidade por parte da ADMINISTRADORA.

Os ativos financeiros que compõem a carteira do FUNDO estarão expostos diretamente, ou através do uso de derivativos, ao risco das variações das taxas de juros prefixadas (SELIC/CDI) e/ou índices de preços. A carteira será composta por 100% (cem por cento) de títulos públicos federais em operações finais e/ou compromissadas e deverá ter como parâmetro de rentabilidade o Índice Mercado da ANBIMA - série B- IMA - B.

Esta aplicação consta em 30/11/2011 com o capital de R\$ 1.042.332,38 (Hum milhão quarenta e dois mil trezentos e trinta e oito centavos), ao que significa 24,71% dos recursos financeiros do IPREMED.

CAIXA FI BRASIL SUPREMO TÍTULOS PÚBLICOS RF LP (5187) - CNPJ 11.060.913/0001-10 - Art 7º I "b", tem por objetivo proporcionar aos seus cotistas a valorização de suas cotas por meio da aplicação dos recursos em carteira composta por títulos públicos federais, indexados a taxas prefixadas (SELIC/CDI) e/ou índices de preços, não constituindo, em qualquer hipótese, garantia ou promessa de rentabilidade por parte da ADMINISTRADORA.

Os ativos financeiros que compõem a carteira do FUNDO estarão expostos diretamente, ou através do uso de derivativos, ao risco das variações das taxas de juros prefixadas (SELIC/CDI) e/ou índices de preços. A carteira será composta por 100% (cem por cento) de títulos públicos federais em operações finais e/ou compromissadas e deverá ter como parâmetro de rentabilidade o Índice Mercado da ANBIMA -B 5. Esta aplicação consta em 30/11/2011 com o capital de R\$ 475.542,92 (Quatrocentos setenta e cinco mil quinhentos quarenta e dois reais noventa e dois centavos), ao que significa 11,27% dos recursos financeiros do IPREMED.

Banco do Brasil:

BB RPPS RF CONSERVADOR - CNPJ 07.111.384/0001-69, Art 7º I "b". Para alcançar seus objetivos, o Fundo aplicará seus recursos, exclusivamente, em títulos públicos federais registrados no SELIC e ou operações compromissadas lastreadas em títulos federais registrados no SELIC.

Deverá manter 80% em ativos cuja rentabilidade esteja atrelada à variação da taxa de juros doméstica e/ou índice de preços;

No mínimo 70% como parâmetro de rentabilidade o sub-índice IRF_M (índice de renda fixa do mercado)

Poderá investir até 15% da carteira em operações compromissadas lastreadas exclusivamente em títulos de emissão do tesouro nacional, registrados no SELIC.

Esta aplicação consta em 30/11/2011 com o capital de R\$ 1.375.520,68 (Hum milhão trezentos setenta e cinco mil quinhentos vinte reais sessenta e oito centavos), ao que significa 32,61% dos recursos financeiros do IPREMED.

Em 2011, até Novembro/2011, mediante a diversificação acima descrita, obtivê-se um montante dos rendimentos auferidos pelas aplicações no valor de R\$ 414.282,46 (quatrocentos e catorze mil duzentos oitenta e dois reais quarenta e seis centavos) o que significou em percentual 9,23% do montante da arrecadação do exercício de 2011 e os índices de rentabilidade atingiram um percentual acumulado entre 10,987 (menor índice) e 15,257 (maior índice).

Por decisão do CMP, serão mantidos os critérios utilizados em 2011 bem como serão passíveis de sugestões de resgates, parcial ou total, os investimentos que apresentarem retorno inferior à meta atuarial. Tal degradação poderá ser decorrente de elevação expressiva na volatilidade da carteira, ou retornos muito inferiores aos obtidos por carteiras semelhantes no mercado, ou por outros critérios que a Diretoria Executiva considere pertinente.

Observações

No que tange a escolha do indexador nesta política para 2012 levou-se em consideração o cenário ocorrido em 2011, sendo:

ANUAIS – REAL PREVISÃO

Indicadores	2010	2011	2012
IPCA5	915,965,55		
IGP-DI11	315,735,20		
IGP-M11	325,225,29		
IPC - FIPE6	414,535,14		
INPC6	475,544,50		
PIB Taxa Crescimento	7,503,163,50		
Balança Comercial (US\$ bilhões)	20,2828,0018,00		
Taxa de câmbio - fim de período (R\$/US\$)	1,671,751,75		
CDI Mensal - CETIP9	3411,1111,25		
Caderneta Poupança	6,807,50		

A opção pelo INPC deu-se em razão que o mesmo mede a variação de preços para o consumidor e assim presume-se ser o índice mais adequado para manutenção do poder de compra.

A presente política de investimentos poderá ser revista caso ocorram mudanças na legislação e/ou critério no cenário macroeconômico, objetivando a otimização dos resultados dos investimentos e a integridade do patrimônio do IPREMED.

As informações contidas na presente política e suas revisões serão disponibilizadas pelo IPREMED, por meio da sua publicação na imprensa oficial do município em seu endereço eletrônico WWW.medianeira.pr.gov.br

Sem prejuízo das competências previstas nesta Política Anual de Investimentos, o gestor habilitado para fins do disposto no art. 2º da Portaria 155 de 15.05.2008 é a Sra Maria Gorete Marca, CPF nº 513.444.409-91, com certificação CPA-10 pela ANBIMA válido até 23/11/2013, ocupante de cargo efetivo com vínculo no Município de Medianeira.

Medianeira, aos 07 de Dezembro de 2011.

Declaração: A Política de Investimentos completa e a documentação que a suporta, encontra-se à disposição dos órgãos de controle e supervisão competentes

Representante Legal do Ente:	152.797.239-91 - ELIAS CARRER	Assinatura:		Data: <u> </u> / <u> </u> / <u> </u>
Representante Legal da Unidade Gestora:	334.256.809-78 - CARLOS ALBERTO CAO VILLA	Assinatura:		Data: <u>21</u> / <u>12</u> / <u>11</u>
Gestor de Recurso RPPS:	513.444.409-91 - MARIA GORETE MARCA	Assinatura:		Data: <u>21</u> / <u>12</u> / <u>11</u>
Responsável:	513.444.409-91 - MARIA GORETE MARCA	Assinatura:		Data: <u>21</u> / <u>12</u> / <u>11</u>